

APRe!

Associação de Aposentados Pensionistas e Reformados

**PLANO ANUAL
DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO
PARA 2023**

Coimbra

29 de Novembro de 2022

PLANO ANUAL DE ACTIVIDADES 2023**I - Contextualização e enquadramento estratégico**

1. O contexto económico, político e social, nos quadros nacional e internacional, em que a APRe! vem actuando caracteriza-se por um impacto muito forte da pandemia na saúde e na vida das pessoas mais velhas, quer as que estavam institucionalizadas em Estruturas Residenciais para as Pessoas Idosas (ERPI), quer as que estavam nas suas próprias residências. As múltiplas morbilidades associadas ao Covid 19 motivaram períodos longos de infecção, de isolamento e de conseqüente fragilização física e psicológica das pessoas mais velhas. A mortalidade neste segmento da população foi muito elevada. Quem conseguiu sobreviver aos momentos mais fortes da pandemia foi fortemente afectado pela interrupção ou pela redução das relações familiares e de vizinhança durante muitos meses, o que, aliado à sempre presente ameaça de agravamento da situação pandémica, trouxe uma insegurança muito grande e provocou o acentuar das carências básicas - alimentares, de conforto e psicológicas - em que as pessoas mais velhas viviam. Foi só com a vacinação generalizada que as limitações da sociabilidade e o condicionamento das rotinas de vida puderam ser repostas a pouco e pouco. Salienta-se como factores positivos a resposta muito favorável das pessoas mais velhas aos apelos à vacinação e a forma muito eficiente como o Serviço Nacional de Saúde (SNS) a planeou e executou. Temos em curso a nova época de vacinação, que associa as vacinas contra o COVID 19 e contra a gripe. Esperamos que continue a decorrer conforme o planeado e que os seus efeitos benéficos possam trazer alguma tranquilidade às pessoas.
2. Outro impacto muito forte na vida das pessoas foi determinado pela invasão da Ucrânia pela Rússia que tem trazido muita instabilidade e uma forte apreensão quanto ao futuro das nossas sociedades, sobretudo no continente europeu, onde as gerações mais velhas ainda têm na sua memória as tragédias da segunda guerra mundial e, no caso específico português, da guerra colonial. Para além das questões humanitárias a que ninguém pode ficar alheio, a rarefacção de alguns bens de primeira necessidade - inicialmente produtos alimentares e combustíveis e, depois, todos os outros que dependem destes - determinou uma inflação galopante como há algumas décadas não víamos, a qual não teve respostas suficientes e oportunas da parte do governo para mitigar os seus efeitos junto das famílias e ainda menos das pessoas reformadas e pensionistas.
3. Para além desta conjuntura no campo dos cuidados de saúde e das relações internacionais, a APRe! tem vindo a reflectir sobre os seguintes temas de natureza social, mais estruturais, que são transversais à sociedade portuguesa:
 - 3.1. Uma das verificações que fizemos nestes longos meses de pandemia foi a escassa articulação entre os serviços públicos de saúde e as entidades da rede social e solidária que prestam cuidados às pessoas mais velhas. Perante um tal diagnóstico, amplamente partilhado, impõe-se uma reflexão profunda e a tomada de medidas estruturais significativas, no sentido de desenvolver e de pôr em prática um modelo de cuidados integrados, que englobe os serviços de saúde - rede de cuidados de saúde primários, rede hospitalar, rede de cuidados continuados, entre outros - e também os serviços que prestam cuidados sociais, designadamente às pessoas mais velhas. Não é mais aceitável que quem estiver institucionalizado numa ERPI ou num Centro de Dia, financiados pela

Segurança Social, não seja atendido regular e eficientemente pelos serviços médicos e de enfermagem do Centro de Saúde mais próximo. A integração das respostas em saúde e em apoios sociais deve ser assumida e concretizada pelos poderes públicos, pois não faz qualquer sentido que as pessoas tenham os seus cuidados de saúde limitados quando são institucionalizadas. Como já vai acontecendo nalguns casos, é urgente que os processos clínicos de todos os cidadãos e cidadãs sejam acessíveis ao pessoal médico dos vários segmentos do SNS, de modo a poder haver uma vigilância criteriosa do estado clínico de cada um e de cada uma, incluindo do seu receituário medicamentoso.

3.2. Há poucos meses, o Conselho Económico e Social (CES), em que a APRe! tem representação, após um longo debate interno, aprovou um conjunto de propostas decorrentes dum estudo intitulado “A Natalidade: Uma Questão Económica, Política e Social”. O quadro demográfico português tem sido agravado por uma enorme quebra da natalidade, que o Censos 2021 veio evidenciar. São propostas medidas para superar o que é designado por 'inverno demográfico' que devem ter um alcance geracional forte, com vista, designadamente, a desenvolver a nossa economia interna, a tornar os centros das nossas cidades e as nossas aldeias mais habitadas e a permitir os locais de trabalho mais intergeracionais. Segundo o referido estudo, feito com base nos dados do Instituto Nacional de Estatística, mostra-se que “as pessoas têm menos filhos do que desejam e têm-nos mais tarde, devido à falta de condições socioeconómicas”. Esta situação tem aumentado enormemente o índice demográfico de dependência, isto é, a relação entre a população idosa e a população em idade activa.

3.3. Recorrentemente, sobretudo quando estão em causa os aumentos das pensões das pessoas mais velhas, no âmbito do regime previdencial da Segurança Social, apresenta-se o risco do desequilíbrio financeiro deste sector do Estado. A APRe! entende que, como vimos dizendo há anos, se deve fazer, nos próximos meses, uma reflexão – sistemática, ampla e profunda – acerca da situação financeira actual e dos meios adicionais de financiamento da Segurança Social que assegurem o equilíbrio das suas contas, sobretudo relativamente às gerações mais jovens. Queremos ouvir especialistas – da Administração, da Academia, da Comunicação Social – deputados e deputadas, membros do Governo, Centrais Sindicais, Associações e mais pessoas preocupadas com este tema, designadamente dos sectores mais jovens da sociedade, em contexto de trabalho ou em vias de nele entrar. Queremos que seja criado um ambiente de partilha de informação e de corresponsabilização social pela gestão deste pilar forte do Estado Social – uma Segurança Social pública, forte e consolidada – que ultrapasse as conjunturas governativas e parlamentares e que responda às expectativas quer das pessoas mais velhas, quer das novas gerações.

3.4. No plano internacional, a APRe! tem vindo a intervir em várias plataformas, tanto no espaço da União Europeia (AGE Platform Europe) como no das Nações Unidas (ECOSOC/ UNECE e OEWSGA) : a) pela promoção de uma sociedade para todas as idades (*Estratégia para a Igualdade na Idade da UE* e na nova *Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas Mais Velhas*); b) pela defesa da igualdade de participação e autonomia das pessoas mais velhas (*Estratégia de Cuidados da EU, Directiva sobre igualdade de tratamento no acesso a bens e serviços, Barómetro e outros contributos*); c) pela integração do envelhecimento e combate à discriminação com base na idade - Idadismo (*Década do Envelhecimento Saudável 2021-2030 – ON, OMS e Guidelines UNECE*).

II - Plano de actividades

O plano de actividades elaborou-se em torno das ideias orientadoras/linhas de trabalho definidas pela Direcção e concretiza-se nas acções/actividades que a seguir se apresentam.

A - Defesa dos valores da solidariedade, justiça, equidade e dignidade

- Manter a presença nos Órgãos de Comunicação Social (OCS) continuando a ser voz dos reformados
- Participar/responder às solicitações, sempre que se considere relevante, das instituições que tratem temáticas relacionadas com a defesa dos direitos dos mais velhos
- Participar na Iniciativa Legislativa Cidadã *Direito ao cuidado, cuidado com direitos*, para a criação de um Serviço Nacional de Cuidados
- Contribuir para promover um debate alargado sobre a temática da sustentabilidade (novas fontes de financiamento) da Segurança Social
- Realizar uma Conferência Nacional sobre a discriminação dos mais velhos
- Contribuir para a implementação da Década do Envelhecimento Saudável 2021-2030 da Organização Mundial de Saúde (OMS)

B - Defesa dos interesses e direitos dos associados junto das entidades oficiais e poder político

- Promover acções de Associados junto dos órgãos do poder político sempre que tal se justifique, nomeadamente na manutenção da defesa das reivindicações dos Aposentados, Pensionistas e Reformados quanto à questão das pensões, com particular incidência no momento do Orçamento de Estado de 2024
- Divulgar mais nas Notícias APRe! a petição sobre o subsídio por morte, designadamente apelando à sua subscrição on line
- Estabelecer contactos com os responsáveis políticos, solicitando audiências quando tal se justifique e estar disponível para todas as solicitações que, no mesmo âmbito, vão surgindo
- Participar, se se considerar relevante, no desenvolvimento de projectos académicos de carácter científico, sobre problemáticas de interesse dos Aposentados, Pensionistas e Reformados
- Participar nos Conselhos Consultivos da Caixa Geral de Aposentações (CGA) e do Instituto de Segurança Social, I.P. (ISS)
- Iniciar o processo de candidatura com vista a obter o estatuto de Instituição de Utilidade Pública para a APRe!

C - Comunicação interna e para o exterior

- Manter a edição mensal das “Notícias APRe!” com uma componente informativa quanto à actividade da Direcção e ainda, entre outros, artigos de opinião escritos por associados, notícias das estruturas regionais, textos com propostas de reflexão sobre temas actuais e notícias sobre actividades da AGE ou outras organizações nacionais ou internacionais com as quais a APRe! tem ligações orgânicas
- Publicar, sempre que tal se justifique, entre cada dois números consecutivos das “Notícias”, boletins designados “BREVES”, com informação de carácter urgente ou muito relevante
- Manter actualizada a página da APRe! na internet - <https://www.apre-associacaocivica.pt> -, ponto de confluência de visitas de associados e de pessoas exteriores à APRe!, motivadas quer por objetivos relacionados com dados da situação pessoal face aos serviços, quer para acompanhamento das iniciativas da Associação, das Delegações e também da AGE, em que nos integramos
- Manter actualizada a Página Institucional da APRe! no Facebook como veículo de apresentação e ligação da Associação ao público, naquela rede social
- Prosseguir a dinamização do Grupo dos Associados no Facebook, um grupo privado que constitui, em simultâneo, um espaço de troca de informação, debate e convívio entre associados
- Manter a aposta na intensificação das relações com os Órgãos de Comunicação Social com o objectivo de obter uma crescente visibilidade para a APRe! e informação mais rigorosa sobre os problemas que afectam pensionistas e pessoas mais velhas
- Aumentar a pressão sobre os canais televisivos no sentido de abolirem os estereótipos que têm vindo a consolidar quanto à imagem das pessoas reformadas ou pensionistas e mais velhas
- Continuar a tentar junto das entidades da tutela, apesar dos bloqueios enfrentados pela APRe!, viabilizar a utilização dos Tempos de Antena

D – Representação da APRe! em Organizações Nacionais e Internacionais

A nível local

- Participar em Conselhos Locais de Acção Social
- Participar em Comissões de Acompanhamento/Protecção das Pessoas Idosas
- Participar em Comissões Sociais de Freguesia

A nível nacional

Conselho Económico e Social (CES)

- Participar como membro efectivo nas reuniões do Plenário do CES assim como nas estruturas deste organismo em que seja possível a nossa integração

Com a renovação da composição do Plenário do CES, ditada pela constituição do XXIII Governo, a APRe! passou a ter assento efectivo no Plenário, assim como nas três Comissões Especializadas (nestas em modo dividido, ainda a definir). Refira-se que os objectivos do CES para o período 2022/24 passam pela criação de Grupos de Trabalho nas Comissões Especializadas para o estudo de temas como o crescimento económico, a execução dos Fundos Europeus e a situação demográfica em Portugal. Estão agora previstos novos subtemas como a Produtividade e Qualidade do Emprego, Execução do PRR e Políticas de Migrações. É essencial conhecer a evolução da produtividade para estabelecer níveis de actualização salarial justos e economicamente eficientes para os diferentes sectores de actividade, abandonando a prática desvalorizadora do seu cálculo global, quando utilizada somente para a actualização do salário mínimo.

Conselho Consultivo do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (CCIGFSS)

- Participar nas reuniões regulares do Conselho Consultivo para a emissão de pareceres sobre o plano de actividades e orçamento da Segurança Social e Conta da Segurança Social

Conselho Geral e de Supervisão da ADSE (CGS)

- Participar nas reuniões do Conselho Geral e de Supervisão da ADSE e nos Grupos de Trabalho criados para emissão dos pareceres regulares do CGS sobre o Plano de Actividade e Orçamento, pressionando a inclusão neste de um conjunto de auditorias externas, limitado aos principais contratos no âmbito do regime convencionado, bem como sobre o Relatório e Contas anuais
- Participar, ainda, no estudo da sustentabilidade da ADSE, defendendo a redução dos descontos de 14 para 12 meses, bem como na revisão do Regime de Benefícios e das Tabelas do Regime Livre e do Regime Convencionado, procurando que seja reforçado o direito à saúde dos beneficiários através de mais e melhor acesso aos cuidados de saúde de que necessitem

A nível Internacional

AGE (Age Platform Europe)

- Manter a representação da APRe! como membro efectivo no Conselho de Administração Age Platform Europe
- Prosseguir a colaboração da APRe em projectos e desafios lançados pela AGE

ECOSOC (Economic Social Council da ONU)

- Exercer, com o estatuto de ONG especializada em defesa dos direitos das pessoas mais velhas, o mandato que foi renovado em 2020, vigorando até 2023

OEWGA (Open-ended working group on Ageing)

- Acompanhar e contribuir para a preparação da 13ª sessão do OWEGA (Abril 2023)

E - Consolidação e alargamento da APRe!

- Manter a relação bilateral da Direcção com as Delegações/Núcleos
- Manter Grupo de Trabalho AGE e OEWGA
- Manter o Gabinete de Apoio ao Associado
- Constituir Grupos de Trabalho para execução de tarefas específicas
- Fomentar a participação dos diversos Núcleos nos Conselhos Locais de Acção Social
- Incentivar a criação de Comissões de Acompanhamento/Protecção das Pessoas Idosas
- Contactar as Juntas de Freguesia, a fim de identificarem as pessoas mais velhas em risco
- Recuperar associados com quotas em atraso
- Incentivar os associados a aderirem ao débito directo
- Estabelecer novos protocolos, proporcionando um leque mais alargado de benefícios aos Associados
- Fazer uma edição completa e actualizada desses protocolos para divulgar pelos Associados
- Promover um convívio de Associados, de âmbito nacional, para assinalar o aniversário da Associação

ORÇAMENTO E CONTAS

O Orçamento da APRe! para o ano de 2023 tem em atenção que algumas das actividades presenciais continuarão a ser substituídas por actividades online, tirando partido das ferramentas digitais, que em tempos de pandemia passaram a ser utilizadas de forma regular. Esta alteração na forma de comunicar/reunir leva a uma diminuição nos custos em deslocações e, por outro lado, a um maior investimento em plataformas digitais de comunicação.

Os factores com maior peso nas despesas da APRe! são os chamados custos fixos, encargos que são assumidos pela Associação, designadamente nos custos com pessoal, serviço de contabilidade, alojamento e manutenção do site e do Portal, rendas dos espaços da Sede e Delegações, água, electricidade e comunicações.

A estimativa para as receitas assenta basicamente na quotização dos associados, no pagamento da jóia dos novos associados e numa comparticipação fixa nas despesas pela Associação de Professores de Filosofia, respeitante à utilização das instalações do espaço da Sede.

Receitas

Atendendo à evolução do recebimento das quotizações nos últimos anos e no presente ano, as receitas previstas no orçamento para 2023 sofrem uma ligeira redução relativamente ao previsto no orçamento de 2022.

É nossa convicção que com o reforço da comunicação com os associados se melhorará o recebimento da quotização. É preciso aumentar o número de associados efectivos, de forma a manter os recursos financeiros necessários à defesa dos nossos direitos.

Conforme tem sido feito nos últimos anos, no próximo ano está prevista a recuperação de associados com quotas em atraso e a captação de novos associados.

Como forma de facilitar o pagamento, está disponível o pagamento por **débito directo** das quotas. Para a adesão ao serviço, os associados devem preencher o formulário criado para o efeito.

Despesas

As despesas orçamentadas para 2023 levam em linha de conta os custos fixos assumidos pela Associação, o que nos deixa uma margem reduzida para realizações de grande envergadura, exigindo uma gestão criteriosa dos recursos financeiros disponíveis.

Conclusão

Com as limitações financeiras provocadas pelo aumento dos custos induzidos pela situação política, económica e social, a manutenção do valor das quotas, com impacto directo no valor das receitas, dá suporte ao plano de actividades. O orçamento que apresentamos, dentro das limitações referidas, além de prever a realização de actividades presenciais, aposta igualmente na utilização das plataformas de comunicação digital para a realização de eventos, sendo privilegiada a comunicação com os associados através dos mais recentes meios de comunicação

digital e do correio electrónico, dando conta das realizações que levamos a efeito, da intervenção activa da Associação na sociedade, na defesa dos direitos das pessoas mais velhas, para que não sejam objecto de tratamento discriminatório, e para que as condições de vida dos Aposentados, Pensionistas e Reformados não se degradem ainda mais.

ORÇAMENTO DE RECEITAS E DESPESAS PARA O ANO 2023			
Mapa de Recebimentos e Pagamentos			
Recebimentos		Pagamentos	
1. Recebimentos Actividades		1. Funcionamento	
Quotas	42 500,00 €	Pessoal	15 156,00 €
Jóias	500,00 €	Seguros	419,00 €
Actividades		Rendas e alugueres	11 180,00 €
Doações		Rendas Instalações	10 820,00 €
Subsídios		Alugueres	360,00 €
Outros	3 170,00 €	Manutenção	100,00 €
Cedência de Espaço	3 000,00 €	Água, Electricidade e Gás	1 730,00 €
Reembolsos	- €	Reuniões, representação e deslocações	4 300,00 €
Direitos de Autor	170,00 €	Comunicações	2 635,00 €
	- €	Material de escritório	500,00 €
		Higiene, segurança e conforto	200,00 €
		Despesas específicas das actividades	4 590,00 €
2. Recebimentos Capitais	- €	Trab. Especializados	1 800,00 €
Juros	- €	Alugueres	1 200,00 €
		Publicidade	120,00 €
		Honorários	- €
		Art. p/oferta	220,00 €
		Outros materiais	550,00 €
		Fotocópias	700,00 €
		Outras	4 010,00 €
		Trab. Espec. Contabilidade	2 140,00 €
		Alojamento e Manutenção Site	1 560,00 €
		Serv. Bancários	160,00 €
		Contencioso e Notário	150,00 €
		Pagamentos referentes ano anterior	350,00 €
		2. Investimento	
		Aquisição de equipamentos	1 000,00 €
		Outras (Activos intangíveis)	- €
TOTAL	46 170,00 €	TOTAL	46 170,00 €

A Direcção

Maria do Rosário Gama
 José João Lucas
 Jorge Fernandes
 Maria Teresa Portugal
 Eduarda Neves
 Ana Maria Brito Jorge
 Anabela Paixão
 Rosa Simões
 Jurgen Henninger